



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 87/2023/SUPEL-ASTEC

À

Comissão de Licitação - CPLO

Concorrência Pública nº. 009/2022/CPLO/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0037.518910/2021-60

Interessado: Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC/RO

Objeto: Construção da Central de Flagrantes, localizado na cidade de Porto Velho-RO.

Assunto: Decisão em Julgamento de Recurso

Vistos, etc.

Tratam os presentes autos de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência Pública, que tem por objeto a *Construção da Central de Flagrantes, localizada na cidade de Porto Velho/RO*.

Aportaram os autos neste gabinete para elaboração de decisão da autoridade superior, nos termos do art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 93, quanto ao recurso administrativo interposto pela empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO**, em face da decisão da comissão responsável pelo certame.

Em análise às razões recursais noto que a recorrente traz à baila irresignações sobre a sua desclassificação, e classificação da licitante recorrida CONSTRUTORA MACIEL COM. E REP. LTDA, contornando, em síntese, aspectos formais dos documentos por elas apresentados, bem como sustentando o excesso de formalismo na decisão que desclassificou sua proposta.

Todavia, observando os fundamentos contidos na Ata de Sessão de Julgamento (0039893323) elaborada pela comissão, bem como, pela própria leitura dos requisitos editalícios, verifico que o procedimento formal foi devidamente adotado, estando em consonância com a legalidade, e também devidamente pautado na vinculação a edital.

Em relação ao argumento da existência de formalismo exacerbado na decisão que desclassificou a licitante B. DE ALCANTARA MOURÃO, não assiste razão à recorrente. Conforme descrito na Ata de Julgamento, a recorrente apresentou proposta com valor unitário superior ao exigido pela Administração Pública para os seguintes itens: **6.1.8 (BOX PARA BANHEIRO EM VIDRO TEMPERADO VERDE, ESPESSURA 8MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO)** e **6.1.14 (PORTA DE SEGURANÇA ESPECIAL DE ABRIR COM GRADE EM AÇO SAE 1045, DIÂMETRO DE 1', COMPLETA, COM TÊMPERA E REVENIMENTO - DIMENSÕES 0,90M X 2,10M)**.

Importante salientar que o edital, no item 19.3.1 e alíneas, elenca as possibilidades de "correção admissível", no entanto, inexistente qualquer menção a possibilidade de correção do valor unitário apresentado. Em suma, os ajustes admissíveis no certame atrelam-se a vícios materiais, e não a própria natureza da proposta.

No caso em apreço, verifica-se que não se trata de um equívoco material na proposta, mas sim o indicativo do próprio valor proposto, o que inviabiliza, então, a possibilidade de correção/ajuste da informação apresentada.

Assim, a desclassificação para situações dessa natureza possui a expressa previsão no item 19.2.1, alínea "g" do Edital.

Nesse ponto, necessário frisar que a Administração Pública deve observar o equilíbrio entre o formalismo e a vinculação ao edital, no intuito de não prejudicar a legalidade do certame. Isto posto, não se evidencia incidência de formalismo exacerbado na decisão que desclassificou a recorrente.

Por outro lado, em relação ao indicativo de que a proposta da recorrida CONSTRUTORA MACIEL COM. E REP. LTDA, possui vícios insanáveis, também não se constitui como motivo para reforma da decisão. Para tanto, cumpre atenção ao item 19.3.1, alínea "a" do edital, *in verbis*:

19.3.1 - Nos casos em que a Comissão constatar a existência de erros numéricos nas Propostas de Preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da Proposta, obedecendo as seguintes disposições:

a) Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último e desde que as correções necessárias para adequação desta, estejam previstas neste item.

Conforme indicado na própria peça recursal, a recorrida meramente equivocou-se na indicação do valor, todavia, o valor descrito **por extenso** reflete o exato valor da planilha, ou seja, conforme indicado no item acima, havendo a divergência dos valores, deverá prevalecer o valor indicado por extenso, que no presente caso está correto.

Nesse sentido, não há erro que inviabilize a classificação da recorrida. Por esta razão, não deve ser provido o recurso da recorrente.

Por fim, em consonância aos motivos expostos na Ata de Exame de Recurso Administrativo (Id. Sei! 0039893323), expedido em observância às razões recursais (Id. Sei! 0039537238), não vislumbro qualquer irregularidade na decisão da Comissão.

Isto posto, **DECIDO**:

Conhecer e julgar **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO**, mantendo-a desclassificada do certame, bem como mantendo a classificação da empresa **CONSTRUTORA MACIEL COM. E REP. LTDA** para o certame em epígrafe.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão da Comissão de Licitação/CPLO.

À Presidente da Comissão para dar ciência às empresas e outras providências aplicáveis à espécie.

Israel Evangelista da Silva

Superintendente

Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Israel Evangelista da Silva**, Superintendente, em 17/07/2023, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0039995438** e o código CRC **5961611D**.